

# Inquérito aos Municípios Portugueses sobre respostas locais dirigidas à infância em situação de pandemia Covid 19

## Relatório Preliminar

Agosto 2020

# Índice

Sumário	3
Introdução	5
Procedimentos metodológicos	6
Análise e discussão de resultados	9
Conclusão	16

## Sumário

Os municípios portugueses foram inquiridos sobre as políticas e medidas de intervenção adotadas para fazer face à pandemia Covid-19. Responderam 140 municípios, correspondentes a 45% do total de municípios portugueses e cobrindo 55% da população portuguesa.

A maioria dos municípios considera a situação das crianças e jovens estável (58,6%) ou mesmo muito segura (32,9%). No entanto, uma parte dos municípios (7,9%) manifestam-se preocupados com a situação de proteção das crianças no seu âmbito territorial.

A quase totalidade de municípios portugueses (96,5%) criou estruturas de gestão da crise pandémica, sendo que a maioria se inseriu no âmbito da Proteção civil (60%) ou de gabinetes diretamente dependentes do Presidente da Câmara ou de um vereador (40%).

As respostas situaram-se prioritariamente no âmbito da distribuição alimentar (à volta de 9 em cada 10 municípios prestaram este apoio); de apoio informático às aprendizagens (8 em cada 10), ou noutros apoios educativos (6 em cada 10). Também se verificaram atividades de apoio às creches (5 em cada 10), nos transportes e mobilidade (5 em cada 10). Menos de metade dos municípios desenvolveram atividade de apoio no âmbito da saúde, do lazer e no acolhimento residencial das crianças. A maioria dos municípios procedeu à distribuição de equipamento informático às famílias (85,7%), à distribuição alimentar no domicílio das famílias (82,1%), à divulgação de atividades recreativas on-line (70,7%), e a diferentes atividades de apoio à distância, em particular os de apoio psicológico aos pais (60,7%), bem como apoio domiciliário de atendimento social e psicológico (52,1%).

Para a sua ação, os municípios estabeleceram parcerias que valorizam diferenciadamente. O parceiro mais destacado é constituído pelos agrupamentos de escola e os menos valorizados as entidades privadas (nomeadamente associações empresariais e associações cívicas). Provavelmente, este resultado resulta de um esforço acrescido de concentração de recursos na intervenção pública, sobretudo no período de confinamento. Entre os serviços públicos, o parceiro que tem o resultado menos valorizado é a segurança social. Por ordem decrescente, os municípios valorizaram em média a sua parceria do seguinte modo: Agrupamento de Escolas (4,51), Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (4,46), Instituições particulares de solidariedade social (4,41); forças de segurança (4,41); serviços de saúde (4,335); Segurança Social (4,16); associações cívicas (3,63); associações empresariais (3,28).

Os municípios não mobilizaram, em geral, dispositivos de participação infantil e juvenil (nomeadamente conselhos municipais da juventude), ainda que uma pequena percentagem (15%) o tenha feito.

A perceção do futuro das crianças e famílias em situação de vulnerabilidade no período pós-pandémico é, claramente, uma preocupação dos municípios, sendo que mais de 90% considera que a situação dessas famílias se prolongará no tempo, exigindo intervenções apropriadas. Todos consideram que o papel futuro dos municípios será importante na intervenção junto das crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. A preparação de planos para a intervenção pós-confinamento tem sido realizada por três em cada quatro municípios. As possibilidades de uma segunda vaga constituem uma preocupação central, bem como os efeitos económicos da pandemia.

Os municípios consideram-se muito bem preparados para o apoio social e psicológico às famílias (4,21 na escala de 1 a 5), bem preparados para uma intervenção face a uma

segunda vaga pandémica (3,99) ou para a avaliação do impacto da sua ação nas crianças e famílias (3,91).

## Introdução

Em finais de 2019, o mundo tomou conhecimento de um novo vírus identificado na Ásia e que nos meses seguintes “viajou” até à Europa, obrigando os diferentes países a definir medidas de proteção da população por razões de saúde pública. Definido um cenário pandémico pela Organização nacional de Saúde (OMS), Portugal começou a registar os primeiros casos em fevereiro de 2020, tendo decidido um conjunto de medidas excecionais no mês de março. Assim, a 16 de março de 2020 foi decretado o fecho de creches, jardins-de-infância, e de escolas do 1º ciclo ao ensino secundário, acompanhado do encerramento de diferentes universidades a aulas presenciais e eventos académicos. As crianças e adolescentes regressaram a casa onde passam a ter aulas *online*. A 18 de março é decretado o estado de emergência, implicando um período de confinamento das crianças e famílias em casa, e a adaptação a uma realidade nunca vivida. A par deste confinamento, que retira a criança da escola, das atividades extracurriculares, do espaço público, muitas famílias são colocadas em *layoff* ou em situações de desemprego, com implicações sérias nos seus rendimentos. As famílias mais pobres, no entanto, foram também aquelas que sofreram mais com o confinamento.

Passado o período de emergência e decretado o estado de calamidade, diferentes atividades são reabertas, incluindo as creches, a 18 de maio, e os jardins-de-infância, a 1 de junho. Finalmente, os ATL reabrem a 15 de junho e 26 de junho (os integrados em agrupamentos de escolas).

Os impactos do confinamento e da pandemia começam a ser estudados, em particular no bem-estar das crianças e famílias e, novamente, com maiores preocupações face às que se encontravam em situações de maior vulnerabilidade e incapacitadas de poderem ter meios necessários para garantir a escola em casa a muitas das crianças. Nesse sentido, o Governo anunciou diferentes medidas de apoio às famílias, em particular para suprimir as quebras súbitas de rendimento. No entanto, a complexidade das respostas a dar exigiram um conhecimento localizado e próximo das populações, por exemplo, em modos inovadores de garantir a proteção das crianças, de apoiar as famílias nas suas

múltiplas necessidades, especificamente no fornecimento de equipamento informático e acesso à internet.

Foi nesse sentido que diferentes autarquias começaram a desenvolver planos próprios, identificando as diferentes necessidades com recurso às redes existentes. Em boa parte destes municípios foram também anunciados investimentos neste tipo de ajudas às famílias, frequentemente, com orçamentos próprios das autarquias.

As respostas de proximidade tornaram-se absolutamente indispensáveis e os municípios, ultrapassando com frequência as competências que lhe estão consignadas, foram chamados a dar resposta às populações dos respetivos territórios, em particular aquelas que se caracterizam pela maior vulnerabilidade: crianças, idosos, desempregados, imigrantes e famílias em situação de exclusão social.

Neste sentido, e atendendo à sua natureza, o Prochild CoLab construiu um inquérito por questionário a todos os municípios portugueses de modo a compreender o tipo de respostas de cada um em período de pandemia, sobretudo às crianças e famílias.

## Procedimentos metodológicos

### Objetivos do inquérito

Atendendo à natureza dos dados pretendidos e abrangência – todos os municípios portugueses, incluindo das Regiões Autónomas da Madeira e Açores – desenhou-se um inquérito por questionário, em versão digital.

O inquérito encerra dois objetivos centrais:

1. compreender as respostas locais para fazer face às necessidades sociais e educativas das crianças e suas famílias, no período de pandemia;
2. aferir as principais perceções de cada Município face ao cenário de pós-pandemia.

### Modo de administração

O inquérito preenchido *on-line*, a partir do *google forms*, diretamente pelos próprios municípios. A escolha dos respondentes foi da exclusiva responsabilidade das Câmaras Municipais que designaram responsáveis para esse efeito.

### Dimensões do inquérito

A primeira secção refere-se ao preenchimento de dados gerais do Município, nomeadamente a região a que pertencem, o grau de urbanização e o número de habitantes. A segunda, procura compreender as diferentes respostas locais para fazer face às necessidades sociais e educativas das crianças e suas famílias, no período de pandemia, incidindo também na avaliação da cooperação interinstitucional, dos aspetos positivos e negativos dessa cooperação, da alocação de recursos a essas respostas, dos modos de participação política das crianças, entre outras. A terceira pretende aferir as principais perceções de cada Município face ao cenário de pós-pandemia, em particular, de que modo se estão a preparar para um cenário de desconfinamento e a perceção que têm dos desafios que esse processo irá trazer.

### Construção da base e processo de envio dos inquéritos

De modo a construir uma base de dados com os contactos de todos os municípios, recorreremos, em primeiro lugar, à informação disponibilizada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)<sup>1</sup> e pela Direção-Geral das Autarquias Locais <sup>2</sup>, reunindo os contactos dos 308 municípios portugueses. A partir desses contactos, foi feito um primeiro pedido de resposta a dia 03 de junho. Simultaneamente, foi solicitado à ANMP e a todas as Comunidades Intermunicipais (CIM)<sup>3</sup>o envio de email próprio a todos os municípios reforçando o pedido de preenchimento do inquérito.

Em finais de junho foi solicitado novo preenchimento aos municípios cuja resposta não havia sido recolhido, sendo estipulado o prazo final de resposta a 10 de julho.

---

<sup>1</sup> <https://www.anmp.pt/>

<sup>2</sup> <http://www.portalautarquico.pt/pt-PT/administracao-local/entidades-autarquicas/municipios/>

<sup>3</sup> <http://www.portalautarquico.pt/pt-PT/entidades-locais/comunidades-intermunicipais/>

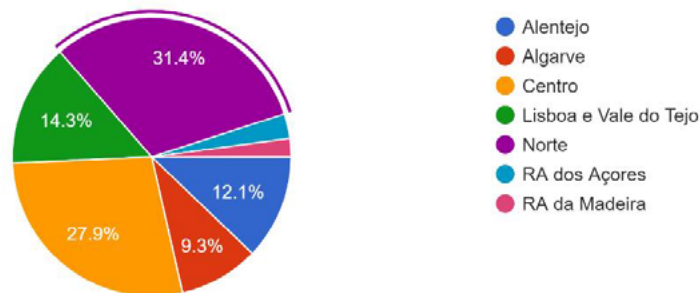
### Critérios de exclusão e taxas de resposta

A 10 de julho o inquérito tinha sido respondido por 140 municípios, correspondendo a uma taxa de resposta de 45%. Consideraram-se inválidas as respostas que cumprem os critérios de exclusão definidos: repetição de respostas pelo mesmo município (5 municípios); não identificação do município respondente (1 município). No caso de repetição de respostas, foi considerado o 1º inquérito respondido tendo sido eliminados todos os restantes.

Validados 140 inquéritos; taxa de resposta: 45%

Dos municípios respondentes, a maioria situa-se na região norte (31,4%), seguindo-se a região centro (27,9%) e a região de Lisboa e Vale do Tejo (14,3%).

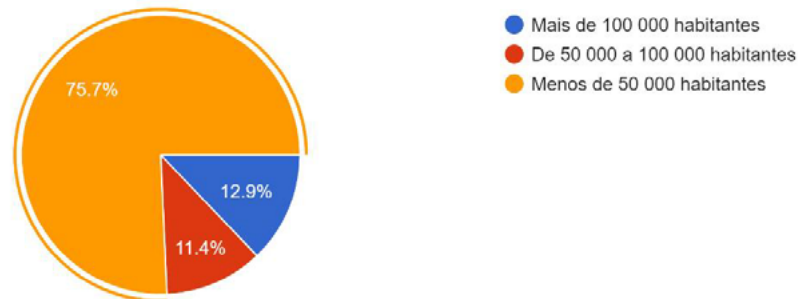
Região a que pertence o Município  
140 respostas



Quanto à classificação dos municípios por densidade populacional, a maioria (75,7%) tem menos de 50 000 habitantes, seguindo-se os de mais de 100 000 habitantes (12,9%) e os de densidade média (11,4%).



Classificação do Município, por densidade populacional  
140 respostas



Os maiores municípios portugueses responderam ao inquérito. A percentagem da população portuguesa abrangida pelos municípios inquiridos corresponde a 55% do total.

## Análise e discussão de resultados

Neste relatório preliminar, procederemos a uma análise descritiva dos resultados em questões consideradas centrais do inquérito, a partir da criação de categorias simples.

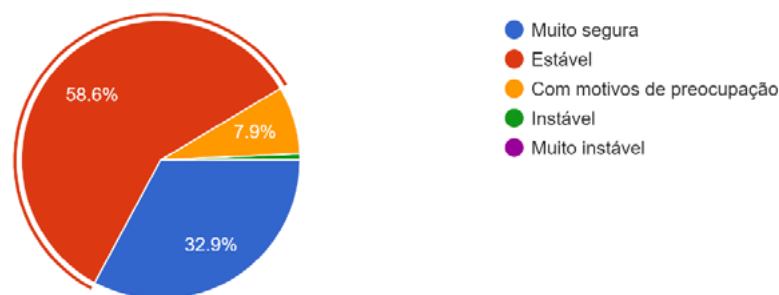
No relatório final, a apresentar em setembro, será feita uma análise mais completa dos resultados, permitindo estabelecer um conhecimento mais fino das características de cada município, em função da região, da população e da capacidade económica, em relação com as respostas implantadas no terreno. Proceder-se-á também a uma análise das respostas dos municípios comparativamente à situação epidemiológica de cada um, isto é, à situação reportada pela Direção-Geral de Saúde correspondente ao dia 10 de julho, procurando perceber-se de que forma a natureza das respostas à pandemia se relaciona com a severidade das situações de cada município em termos de saúde pública.

Para efeitos deste relatório preliminar, selecionaram-se as seguintes questões:

## Perceção da situação de proteção da Infância

Esta questão pretendia compreender a perceção dos diferentes municípios face à proteção da infância, em período de pandemia Covid-19. Assim, a maioria considera a situação estável, 58,6% ou muito segura, 32,9%. Apenas 7,9% dos municípios se manifestam preocupados com a proteção das crianças em tempos de pandemia.

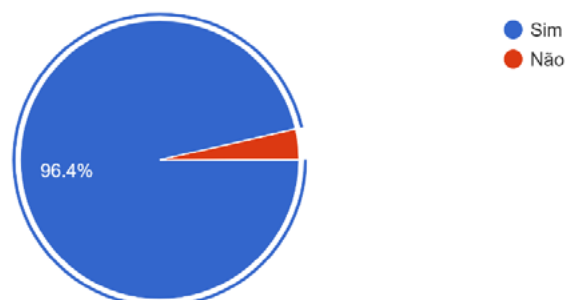
Como considera a situação de proteção das crianças no seu município face ao Covid 19  
140 responses



## Estruturas de apoio à gestão na crise

Esta questão pretendia apurar quantos municípios criaram uma estrutura específica para gestão da crise pandémica. Os dados permitiram apurar que a esmagadora maioria criou uma estrutura dessa natureza (96,4%), ou seja, dos 140 municípios respondentes, apenas 5 não o fizeram. Estas estruturas poderão representar respostas com maior eficácia e coordenação na identificação e resolução das situações identificadas em cada município, respeitantes ao bem-estar das crianças e famílias.

Na situação de pandemia o município criou alguma estrutura de gestão da crise?  
140 responses



Destas estruturas, 60% correspondem a grupos de proteção civil, 46,4% a um Gabinete dependente do Município (presidência ou vereação), ou aos grupos do Conselho Local de Ação Social, 11,4%. Os restantes dispersam entre estruturas diversas, destacando-se: linhas de apoio Covid-19, gabinete de emergência social, projeto de Voluntariado Jovem, equipas de intervenção em situações de emergência, etc...

### Prioridades de intervenção

Ao nível da infância, a priorização da intervenção na prevenção dos efeitos pandémicos especificamente nas crianças, distribui-se do seguinte modo:

Alimentação	121	86,40%
Apoio Informático	110	78,6%
Outros apoios educativos	85	60,7%
Creches	72	51,4%
Transportes e mobilidade	66	47,1%
Prevenção da saúde	60	42,9%
Parques infantis e espaços de lazer	47	33,6%
Casas de acolhimento residencial	27	19,3%

Olhando para as áreas e considerando os 5 principais setores para os quais foram desenhados planos de intervenção preventiva para a infância, destacam-se: a alimentação, 86,4%, o apoio informático, 78,6%, apoios educativos diversos, com 60,7%, creches, 51,4% e transportes e mobilidade com 47,1%.

### Medidas adotadas

A partir da identificação dos setores realizada pelos municípios foram desencadeadas diferentes intervenções para implementar esses planos. As medidas mais significativas foram as seguintes:

distribuição de equipamento informático	120	85,7%
distribuição alimentar ao domicílio	115	82,1%
divulgação de atividades recreativas on line	99	70,70%
apoio psicológico on-line aos pais	85	60,7%
apoio domiciliário de serviços de atendimento social e/ou psicológico	73	52,1%
Apoio psicológico on-line aos cuidadores	66	47,10%

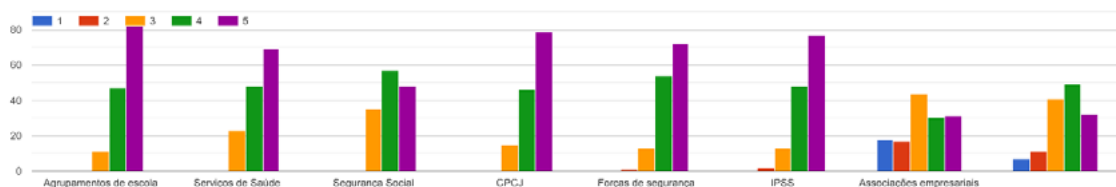
Abertura de cantinas	57	40,70%
Promoção de concertos ou espetáculos online	49	35%

A maioria dos municípios procedeu à distribuição de equipamento informático às famílias, 85,7%, à distribuição alimentar no domicílio das famílias, 82,1%, à divulgação de atividades recreativas on-line, 70,7%, e a diferentes atividades de apoio à distância, em particular os de apoio psicológico: aos pais, 60,7%, em apoio domiciliário de atendimento social e psicológico, 52,1%. Também se verificaram atividades de apoio online a cuidadores, 47,1%, a abertura de cantinas, 40,7% e a promoção de concertos ou espetáculos on-line para crianças.

### Estabelecimento de parcerias

Para a realização das suas atividades, os municípios portugueses estabeleceram parcerias com serviços públicos e entidades privadas, cujo grau de cooperação foi por eles avaliado. Assim, numa escala ordinal de 1 a 5, sendo 5 o nível máximo de apreciação da parceria estabelecida, os municípios apresentam os seguintes resultados:

Como avalia a cooperação dos serviços e instituições locais na gestão da crise pandémica, em relação às crianças? (pontue de 1 a 5, sendo 1 um pouco colaborante e 5 muito colaborante)



Resulta deste quadro uma pontuação média positiva para todas as parcerias, mas com diferentes níveis de valorização. O parceiro mais destacado são os agrupamentos de escola e os menos valorizados as entidades privadas (nomeadamente associações empresariais e associações cívicas). Provavelmente, este resultado resulta de um esforço acrescido de concentração de recursos na intervenção pública, sobretudo no período de confinamento. Entre os serviços públicos, o parceiro que tem o resultado menos valorizado é a segurança social. Por ordem decrescente, os municípios valorizaram em média a sua parceria do seguinte modo: Agrupamento de Escolas

(4,51), Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (4,46), Instituições particulares de solidariedade social (4,41); forças de segurança (4,41); serviços de saúde (4,335); Segurança Social (4,16); associações cívicas (3,63); associações empresariais (3,28).

### Dispositivos de participação infantil

Ao nível dos dispositivos usualmente mobilizados para a promoção da participação de crianças e jovens, a maioria dos municípios reportam o seu não funcionamento em período pandémico ou a sua inexistência efetiva.

Dos municípios que mantiveram mecanismos de participação infantojuvenil em funcionamento, salientam-se os seguintes:

Conselho da Juventude	21	15%
Orçamento participativo	12	8,60%
Assembleia de crianças	3	2,10%
CPCJ	2	1,4%
Ecoparlamento	1	0,70%
Conselho local de ação social	1	0,70%
Conselho local de educação	1	0,70%
Voluntariado	1	0,70%
Atividades de ocupação de tempos livres	1	0,70%
AEC à distância	1	0,70%

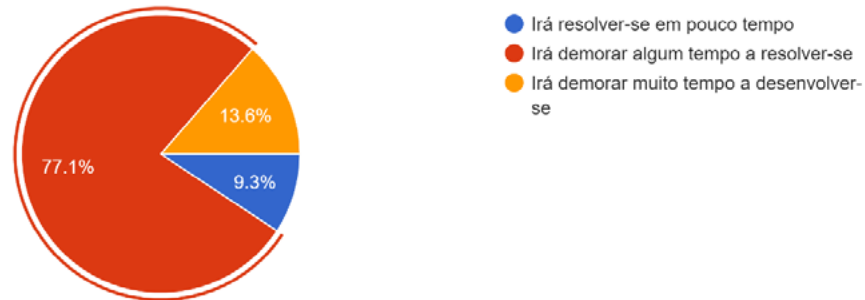
Na maioria dos casos, os dispositivos foram suspensos, ainda que os municípios tenham adaptado algumas das suas atividades a partir de redes sociais e páginas oficiais. Dos dispositivos em funcionamento, destacam-se: os Conselhos de Juventude, com 15%, Orçamentos Participativos, com 8,6% e Assembleias de Crianças, com 2,1%. Ressalvamos que, na maioria dos municípios, estes mecanismos ou foram suspensos ou não se encontram instituídos enquanto prática local.

### Projeções para futuro

Quanto ao futuro, a maioria dos municípios acredita que, em período pós-pandémico, a recuperação da situação social das famílias mais vulneráveis irá demorar algum tempo a resolver-se, 77,1%, sendo que 13,6% consideram que irá demorar muito tempo. A perceção da complexidade dos efeitos da pandemia nas famílias em situação de maior vulnerabilidade parece ser, assim, um ponto de grande preocupação para o poder local.

Na sua perspetiva, a situação social das famílias em situação de vulnerabilidade, no período Pós-Pandemia:

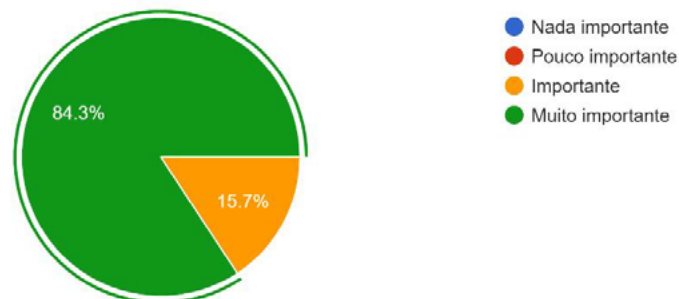
140 responses



Talvez por isso, também, os municípios considerem que o seu papel no apoio às famílias em período pós-pandémico seja muito importante, 84,3%, ou importante, 15,7%, dado o trabalho de proximidade e de conhecimento técnico das realidades em que operam.

Na sua perspetiva, o papel dos Municípios no apoio às famílias no período Pós-Pandemia é:

140 responses

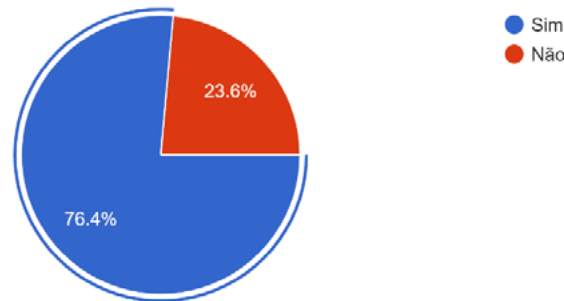


### Auto-perceção da preparação para o futuro

Quanto à preparação de planos de desconfinamento, a maioria dos municípios construiu-os, sendo que 76,4% tem já esse plano pronto ou em preparação.

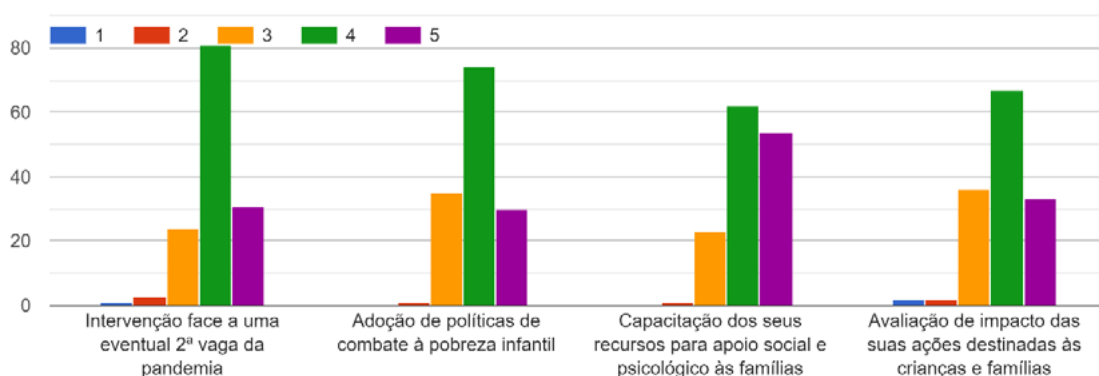
Existe algum plano de desconfinamento adotado ou em preparação?

140 responses



Assim, após a primeira experiência relativa à pandemia, a maioria dos municípios considera-se bem preparada para uma intervenção nos diferentes itens, atribuindo classificações elevadas na generalidade dos itens: intervenção face a uma eventual segunda vaga da pandemia; adoção de políticas de combate à pobreza infantil; capacitação dos seus recursos para apoio social e psicológico às famílias; e avaliação do impacto das suas ações destinadas às crianças e famílias.

5. Como se considera o município preparado para as seguintes atividades (classifique de 1 a 5, sendo 1 nada preparado a 5 muito preparado):



Observando a natureza das respostas dos municípios face à perceção da sua preparação para o futuro, é possível perceber que, em média, a capacitação dos

recursos locais para apoio social e psicológico às famílias se constitui como o domínio de maior nível de preparação dos municípios, 4,21, sendo os restantes domínios valorizados também com bom nível de preparação.

## Conclusão

Os municípios portugueses consideram que desenvolveram uma ampla ação de defesa da sua população mais jovem e de maior vulnerabilidade na gestão da crise pandémica, criaram para isso dispositivos próprios de defesa, tendo a sua ação sido diversificada, com adoção de medidas no âmbito do apoio alimentar e de suporte informático às crianças, bem como outros apoios educativos.

O período pós-pandémico constitui um fator de preocupação para os municípios, nomeadamente na resposta a uma possível segunda vaga pandémica e, sobretudo, as respostas às necessidades de incremento da pobreza infantil e da vulnerabilidade de crianças e famílias.



Ficha técnica:

Relatório da responsabilidade do Laboratório Colaborativo ProChild CoLAB. Against Child Poverty and Exclusion

Coordenação:

Manuel Jacinto Sarmento (CIEC/Uminho e ProChild CoLAB)

Gabriela Trevisan (ProChild CoLAB)

Restante equipa técnica:

Gabriela Bento (ProChild CoLAB)

Mariana Carvalho (ProChild CoLAB)

Agosto de 2020